

DISCURSO DO
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DE MACAU
DR. JORGE NETO VALENTE
NA SESSÃO SOLENE DE ABERTURA DO ANO JUDICIÁRIO
(2017)

Senhor Chefe do Executivo, Excelência

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa

Senhor Presidente do Tribunal de Última Instância

Senhor Procurador

Senhora Secretária para a Administração e Justiça

Senhor Presidente da Comissão Independente para a Indigitação dos Juízes

Senhores Representantes do Governo Central na RAEM

Senhores Membros do Governo de Macau

Senhores Membros do Conselho Executivo

Senhores Deputados

Exmas. Autoridades

Senhores Magistrados

Senhores Funcionários de Justiça

Ilustres Convidados

Distintos Colegas

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Eu poderia dirigir-me a V. Ex.^{as} relendo os meus discursos de anos anteriores. Não o farei, porque o respeito que devo a todos os presentes me impede. Mas, infelizmente, tenho de vos dizer que mais um ano se passou sem que nada de substancial se tenha alterado na área da justiça e no funcionamento dos tribunais.

É certo que se nota uma redução do tempo de espera na realização dos julgamentos e outras diligências no Tribunal Judicial de Base, mas ainda assim há já diligências marcadas para Abril de 2018. E é de esperar que a nomeação, que se prevê para breve, de um grupo de novos magistrados que recentemente terminaram a sua formação, contribua positivamente para minorar os crónicos atrasos que têm afectado a tramitação dos processos nos tribunais de base.

Todavia, há que constatar que o número de processos entrados no Tribunal Administrativo aumentou exponencialmente e que, não obstante se ter verificado uma ligeira diminuição do total do número de processos entrados em todos os tribunais, o número dos processos pendentes aumentou. Se atentarmos em que no Tribunal de Segunda Instância entraram 1.187 processos (mais 191 que no ano anterior) e findaram 974 (mais 5 do que no ano precedente); e que no Tribunal Judicial de Base entraram 15.093 (menos 1.998 que no ano anterior) e terminaram 14.781 (menos 898 do que no ano precedente; e se constataremos que no Tribunal Administrativo findaram menos de 10% do número dos processos entrados, temos de concluir que não há solução à vista, já que ao défice de resolução em cada ano se somam os milhares de processos que continuam a entrar nos tribunais ao longo do ano.

No entanto, mais importante do que registar os dados estatísticos é analisar seriamente as razões da situação em que nos encontramos. Que significado tem o aumento de recursos administrativos? Qual o motivo por que são arquivados dois terços dos processos penais autuados? Porque aumentam

as pendências no TSI? Serão suficientes os recursos humanos para o volume do serviço?

O apelo que fiz, há dois anos, e em que insisti no ano passado, no sentido de se realizar um debate alargado e profundo sobre a reforma da justiça nos tribunais, não encontrou eco junto das entidades que o podem promover. Basta ter um mínimo de visão para compreender que esse é o caminho a seguir – e que, cedo ou tarde, terá de ser seguido. Aliás, acho extraordinário e, ao mesmo tempo, incompreensível, que até hoje se não tenha feito um estudo objectivo e de base científica sobre o estado da justiça na RAEM e sobre as opiniões da Comunidade sobre essa mesma justiça. Porque a justiça não é um direito de quem a administra, mas sim um direito da população, a quem a Lei Básica garantiu a existência de tribunais independentes.

Num mundo em que tudo evolui, e em que todos pensamos em melhorar alguma coisa da realidade que nos cerca, será que não há nada para melhorar na Lei de Bases da Organização Judiciária?

Não podemos acabar com o desconforto de não haver recurso das decisões mediáticas do Tribunal de Última Instância? Não é desejável aumentar o quadro de magistrados do TUI e do Tribunal de Segunda Instância? Não será adequado alargar as competências do TUI e do TSI? Será que o processo de recrutamento e de nomeação vitalícia dos magistrados é o mais adequado às instituições que temos (e que queremos)?

A administração sigilosa das magistraturas não pode, ou deve, ser mais transparente e menos corporativa? Como melhorar a qualidade das decisões judiciais? Há que dar resposta a estas, e muitas outras, questões – que não são exclusivo de ninguém, e cuja falta de resposta só poderá contribuir

para a falta de confiança nos tribunais e para o desprestígio dos servidores da justiça.

Porque me tenho referido nestas cerimónias anuais, à geral inadequação das instalações dos tribunais, não quero deixar de referir a recente mudança dos Juízos Criminais para o novo edifício construído na Praia Grande. Sendo obviamente mais adequado às actividades que nele têm lugar, poderia ter ficado melhor se, no longo período que demorou a sua construção, tivessem sido recolhidas opiniões de pessoas, porventura menos importantes que os decisores, mas dotadas de experiência de vida e de bom senso, e que desinteressadamente teriam contribuído para a melhoria das soluções adoptadas.

Referirei apenas dois pormenores: os Advogados a quem, por disposição expressa da lei, é destinada uma Sala nos edifícios dos tribunais, não tiveram direito à cortesia mínima de ser ouvidos sobre a localização e organização do espaço que agora lhes foi disponibilizado e que, naturalmente, e sem agravamento de custos, poderia ter ficado melhor e mais funcional.

Um outro aspecto digno de nota é o facto de o estrado sobre o qual se dispõem as mesas-secretárias dos excelentíssimos magistrados judiciais ter sido elevado substancialmente, para um nível muito mais alto que os destinados aos magistrados do Ministério Público e aos Advogados; já ouvi considerar exagerada e até ridícula tal alteração, por comparação com a altura tradicionalmente adoptada nos outros tribunais, e que ainda se mantém nas salas de audiências dos outros juízos. Pessoalmente, não acompanho essas críticas, e compreendo que com a maior altura do estrado se pretenda elevar o estatuto de quem sobre ele se senta.

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

À data de hoje, estão inscritos na AAM 356 Advogados e 125 advogados-estagiários, agrupados em 88 escritórios.

Encontram-se a prestar provas de exame final de estágio 70 candidatos. Estes números reflectem um ligeiro aumento relativamente aos anos anteriores, indicando uma apreciável estabilidade profissional, e uma progressão gradual no número dos que aspiram ao plano exercício da Advocacia.

Para além da advocacia de negócios e das intervenções nas instâncias judiciais, muitos profissionais do foro estão a interessar-se pelos meios alternativos de resolução de conflitos – mormente a Arbitragem.

A Associação dos Advogados de Macau apoia sem reservas, esse interesse e essa apetência, e propõe-se promover o desenvolvimento da arbitragem em Macau, designadamente para aproveitar a vantagem única de Macau como plataforma para o desenvolvimento da cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

Designadamente, a AAM propõe-se desenvolver um Centro de Arbitragem que terá, como objecto, um âmbito geral e, em especial, as disputas comerciais internacionais.

Os árbitros serão de diversas proveniências – e não, obviamente, apenas de Macau. Nomeadamente, o painel dos árbitros incluirá árbitros da China e também de países de Língua portuguesa.

A AAM esforçar-se-á por fazer de Macau a primeira escolha para a resolução das disputas que envolvam os Países Lusófonos.

Por isso, a AAM irá aproveitar as experiências de centros internacionais, nomeadamente de Hong Kong, de Portugal e da China, e aprofundar o conhecimento das instituições de arbitragem dos Países de Língua Portuguesa.

E, sobretudo, a AAM conta com o apoio da Comissão de Arbitragem Económica e Comercial Internacional da China (CIETAC), que é um importante órgão de arbitragem internacional e com vasta experiência na resolução de disputas comerciais internacionais.

Com este propósito, foi hoje de manhã, assinado um Protocolo de Cooperação entre a AAM e a CIETAC.

A terminar, quero agradecer a atenção com que me escutaram, e endereço a todos os presentes os meus votos de saúde e felicidades pessoais.

Permitam-me uma referência especial ao Exmo. Presidente da Assembleia Legislativa, que felicito pela sua reeleição, e bem assim que dirija uma saudação aos senhores Deputados da Assembleia que agora inicia funções, e de quem todos esperamos um profícuo mandato.

Aos senhores Magistrados e funcionários de justiça, bem como a todos os juristas da RAEM, desejo os melhores sucessos profissionais.

Muito obrigado.

18.10.2017

Jorge Neto Valente